

Ciência política e socialização política nos Estados Unidos*

Mario Brockmann Machado

Introdução

COMENTANDO A CURIOSA MULTIPLICIDADE DE SIGNIFICADOS do conceito parsoniano de "variáveis-padrão", que parecem adaptar-se com extrema facilidade a cada nova situação, disse certa vez Max Black que seria perfeitamente justificável chamá-lo de "um conceito tipo camaleão" ...¹ O mesmo pode dizer-se da expressão "socialização política". Na verdade, isto sempre ocorre com conceitos que nomeiam amplas áreas de estudo, e não apenas algumas propriedades específicas do mundo político. Além disso, o fato de psicólogos, antropólogos e sociólogos terem escrito tantas coisas sobre os aspectos gerais do processo de socialização,²

* Separata da Revista Dados, n. 22, 1979, p. 65-73. Comunicação preparada para o II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, 17 a 19 de outubro de 1979.

¹ Max Black, "Some Questions about Parsons' Theories", in Max Black (org.), The Social Theories of Talcott Parsons. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1961, p. 284.

² Uma excelente revisão dessa literatura psicológica, antropológica e sociológica sobre socialização pode ser encontrada em John A. Clausen, "A Historical and Comparative View of Socialization Theory and

antes mesmo de os cientistas políticos passarem a se interessar de maneira sistemática por seus aspectos marcadamente políticos,³ criou uma situação tão complexa em termos de definições, enfoques, hipóteses e modelos, que parece bastante razoável que nos sintamos incertos sobre o grau de progresso alcançado no entendimento do tema, e sobre como orientar nossas investigações de tal forma a aprofundar esse entendimento.

Essa situação, a meu ver, torna muito difícil - e talvez até inútil - insistir sobre a necessidade de uma definição precisa de "socialização política". No entanto, uma breve revisão dos principais significados atribuídos a esse conceito por cientistas políticos, desde que evitando-se cair em uma discussão semântica infunda, pode levar a resultados interessantes, tanto para a compreensão do tema em questão, quanto para a caracterização de parte substancial da Ciência Política nos Estados Unidos. É o que procurarei fazer a seguir, de maneira sintética.

A Influência da Psicologia

As definições psicologicamente orientadas do processo de socialização política têm levado os cientistas políticos a dar excessiva atenção aos problemas do desenvolvimento de diferentes tipos de personalidade política, disso resultando uma dissociação entre os aspectos individuais - e até mesmo sociais - do tema, e seus componentes políticos, especialmente os macropolíticos.⁴

Research", in John A. Clausen (org.), *Socialization and Society*. Boston: Little, Brown and Co., 1968, p. 18-72. A melhor fonte de informações sobre estudos interdisciplinares de socialização é David A. Goslin (org.), *Handbook of Socialization Theory and Research*. Chicago: Rand McNally, 1969.

³ Refiro-me aos aspectos empíricos da questão, e não à sua dimensão teórica, pois esta já era tratada com atenção na República de Platão.

⁴ Ver, por exemplo, Richard Merelman, "The Development of Political Ideology. A Framework for the Analysis of Political Socialization", *American Political Science Review*, LXIII, setembro de 1969, p. 750-767;

Evidentemente, não estou sugerindo que estudos psicológicos da socialização política - particularmente quando realizados pelos próprios psicólogos - sejam de pouco interesse para cientistas políticos, apesar de o reducionismo psicológico apresentar, em tema dessa natureza, uma tentação quase irresistível.⁵ Mas, se a idéia de uma divisão social do trabalho é levada a sério, então seria necessário considerar com atenção a sugestão de Dawson e Prewitt, no sentido de que os cientistas políticos "deveriam cuidar-se para não permitir que

e, do mesmo autor, "The Development of Policy Thinking in Adolescence", *APSR LXV*, dezembro de 1971, p. 1033-1047.

⁵ O problema do reducionismo psicológico não é, evidentemente, restrito ao campo da socialização política, e nem mesmo ao âmbito da Ciência Política. Kenneth Boulding, por exemplo, relata, com humor, as opiniões de um psiquiatra para quem "os conflitos industriais poderiam ser inteiramente descritos em termos da vida amorosa do chefe e da sexualidade frustrada dos operários, e que se recusava a acreditar que salários pudessem ter algo a ver com a questão". Ver Kenneth Boulding, "Toward the Development of a Cultural Economics", in Louis Schneider e Charles Bonjean (orgs.), *The Idea of Culture in the Social Sciences*, Cambridge: Cambridge University Press, 1973, p. 53. Reduccionismo semelhante pode ser encontrado na interpretação do radicalismo estudantil apresentado por Lewis Feuer, para quem tudo parece resumir-se a uma "revolta contra os pais". Ver Lewis Feuer, *The Conflict of Generations. The Character and Significance of Students Movements*, New York: Basic Books, 1969, especialmente p. 38 e 245.

Parece importante lembrar que, há mais de 25 anos, Kroeber e Kluckhohn já haviam criticado a limitação de explicações psicológicas e psicanalíticas de fenômenos sociais baseadas em dados de nível individual referentes ao processo de socialização. Ver A. L. Kroeber e Clyde Kluckhohn, *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions*. Cambridge, Mass., Peabody Museum of American Archaeology and Ethnology, Harvard University, 1952, p. 166. Ver também os ensaios críticos de Bruno Bettelheim e outros em Erik Erikson (org.), *The Challenge of Youth*. New York: Doubleday and Co., 1965. Felizmente, há muito o que aprender sobre a dimensão psicológica do processo de socialização política em vários autores, como por exemplo Kenneth Keniston, *Young Radicals*. New York: Harcourt Brace, 1968. Um resumo deste livro foi publicado sob o título de "The Sources of Student Dissent", *The Journal of Social Issues*, XXIII, 3, 1967, p. 108-137.

suas energias intelectuais sejam canalizadas para questões sócio-psicológicas (sobre socialização política), independentemente de quão importante elas possam ser".⁶ De fato, discussões sobre a dinâmica do desenvolvimento da personalidade política que enfatizam processos psicológicos de inibição, identificação, substituição, imitação e quejandos, são mais úteis para ilustrar do que para apoiar a tarefa de construção de teorias políticas, nesta ou em qualquer outra área.⁷

Tal como eu o vejo, no entanto, o maior perigo dos estudos psicologicamente orientados da socialização política é o de levar a uma "despolitização" da percepção da natureza daquele processo. Em outras palavras, ao concentrar o foco de análise na relação direta que se estabelece entre as agências de socialização (usualmente apenas a família e a escola) e os indivíduos, esse enfoque acaba isolando o processo de socialização política do contexto dentro do qual ele se realiza - o próprio sistema político -, desta forma ignorando o seu significado macropolítico.⁸ Além disso, essa ênfase nos aspectos micropolíticos do processo de socialização leva os pesquisadores a prestar homenagem excessiva a questões metodológicas referentes à análise de dados, às expensas de reflexões teóricas. Por esta razão, é reconfortante verificar que Fred Greenstein - um autor profundamente interessado na dimensão psicológica do processo de socialização e dos fenômenos políticos em geral - tenha chamado a atenção dos cientistas políticos norte-americanos para o perigo de se "estudar cegamente os aspectos políticos do desenvolvimento humano ao nível individual". Mais precisamente, Greenstein apresenta o seguinte argumento:

⁶ Richard Dawson e Kenneth Prewitt, *Political Socialization*, Boston: Little, Brown and Co., 1969, p. 14.

⁷ De qualquer maneira, esses estudos deveriam ser deixados para os especialistas. Ver, por exemplo, o excelente trabalho de Robert Hess e Judith Torney, *The Development of Political Attitudes in Children*, Garden City, N.Y., Doubleday and Co., 1967.

⁸ Essa crítica se aplica, entre outros, a Richard Merelman, "The Adolescence of Political Socialization", *Sociology of Education*, XLV, 1972, p. 134-166, e a Jack Dennis (org.), *Socialization to Politics*, New York: John Wiley and Sons, 1973, especialmente p. 502.

In "moving-back" from the normal preoccupation of political scientists with system - functioning in order to examine the antecedents of behavior in political systems (the student of political socialization), needs constantly to be guided by models and conceptions of that from which he is moving back. He cannot merely conceive of his work as an appendage to the "basic" study of human development.⁹

Até o presente momento, no entanto, esse alerta não parece haver despertado maior atenção entre os pesquisadores desta área nos Estados Unidos, como facilmente se pode verificar no recente e abrangente resumo dessa literatura realizada por David Sears.¹⁰

A Influência da Antropologia e da Sociologia

A influência de teorias antropológicas e sociológicas de cultura e socialização sobre os estudos de socialização política tem também trazido problemas sérios. De fato, a definição de socialização política como o processo pelo qual os indivíduos são introduzidos na cultura política de suas sociedades (isto é, o processo de aculturação política) parece não adequar-se convenientemente não só a sociedades complexas e culturalmente heterogêneas,¹¹ mas também - e sobretudo - a sociedades "homogêneas" de classes (isto é, sociedades de classe "cimentadas" por uma ideologia hegemônica).

⁹ Fred Greenstein, "A Note on the Ambiguity of 'Political Socialization': Definitions, Criticisms, and Strategies of Inquiry", *The Journal of Politics*, XXXII, 4, 1970, p. 977-978.

¹⁰ David Sears, "Political Socialization", in Fred Greenstein e Nelson Polsby (orgs.), *Handbook of Political Science*. Chicago: Addison-Wesley, 1975, vol. 2, p. 93-153.

¹¹ Dentre os autores que utilizaram o conceito de cultura política, talvez Almond e Verba sejam os mais cuidadosos em evitar esse tipo de problema. Ver Gabriel Almond e Sidney Verba, *The Civic Culture*. Boston: Little, Brown and Co., 1965, p. 13. Para uma revisão crítica desse conceito, ver Edward Lehmann, "On the Concept of Political Culture: A Theoretical Reassessment", *Social Forces*, L, 3, 1972, p. 361-370.

É bem verdade, no entanto, que o estudo da socialização do ponto de vista da cultura política, contrariamente ao enfoque psicológico anteriormente mencionado, não descuidou de questões macropolíticas. Entretanto, também ele pode levar a uma despolitização parcial da percepção do processo de socialização política, e isto pelo menos por três motivos.

O primeiro tem a ver com o fato de que uma atenção excessiva com o estudo de crenças, atitudes e valores políticos compartilhados por atores de sistemas políticos pode resultar em uma subestimação do papel da coerção na explicação da ordem política.¹² Este, evidentemente, não é um argumento novo, pois ele já foi levantado contra modelos consensuais da sociedade em geral. O segundo motivo é que a cultura política eventualmente compartilhada por membros de um sistema pode muito bem ser o resultado de um processo coercitivo de socialização política, viabilizado pela influência dos atores dominantes e seus ideólogos, exercida diretamente ou através dos aparelhos do Estado. O ponto crucial aqui, portanto, é a distinção entre consenso espontâneo, de um lado, e a organização ideológica do consentimento, do outro.¹³ Esta distinção parece não ser percebida pelos pressupostos espontaneístas da literatura sobre cultura e socialização políticas. E isto ocorre porque esses estudos tendem a separar aquilo que é transmitido pelo processo de socialização (isto é, a cultura política) do jogo de poder que se verifica dentro dos sistemas políticos. Mais precisamente, uma vez que a cultura política seja tida como uma propriedade natural e espontânea dos membros de um sistema, e que a socialização política seja reduzida a um processo intergeracional, a atenção do analista é desviada do

¹² A seguinte citação, retirada de um livro sobre socialização política, oferece um bom exemplo dessa total falta de percepção dos fatores coercitivos do comportamento político: "A questão é óbvia: o comportamento político é governado por normas, crenças e valores. Se uma instituição qualquer não é apropriada a esses fenômenos mentais humanos, então essa instituição provavelmente não sobreviverá. Presidentes não são respeitados, leis não são obedecidas, impostos não são pagos, estabilidade política não prevalece - a não ser que as pessoas acreditem ('unless people believe')," Dean Jaros, *Socialization Politics*, New York: Praeger, 1973, p. 7.

¹³ O que eu tenho em mente aqui, evidentemente, é o conceito gramsciano de hegemonia.

fato de que a distribuição do poder em sistemas políticos é tal que nem todos os atores têm igual importância no processo de elaboração dessa mesma cultura política. Tal como acontece com outros bens na sociedade, uma minoria regula a produção e a distribuição da cultura política, enquanto a maioria apenas a consome.

O terceiro motivo é que mesmo nos casos em que não se verifique quer um consenso espontâneo, quer um consentimento organizado, ainda assim o processo de socialização política pode desempenhar um papel político importante, pois ao reproduzir a fragmentação existente ele pode impedir a elaboração e articulação de uma contracultura política majoritária entre os membros dissidentes do sistema. Este, creio, é outro aspecto político do processo de socialização que não é percebido pelo enfoque da cultura política, em decorrência da sua ênfase no consenso como a base da estabilidade política.¹⁴

Sobre isso, parece interessante notar, por exemplo, as mudanças importantes que se vêm realizando na Historiografia americana contemporânea, em consequência das fortes críticas formuladas por jovens historiadores contra a "história consensual" dos Estados Unidos escrita nas duas décadas subseqüentes à Segunda Guerra Mundial. Essas críticas são, em grande parte, baseadas na rejeição parcial da chamada "análise cultural", um tipo de pesquisa histórica que resultou, como salientado por Robert Berkhofer Jr., da aplicação do conceito antropológico de cultura, bastante popular nas Ciências Sociais àquela época, ao estudo da história dos Estados Unidos. Em consequência, muitas das interpretações históricas previamente formuladas pela chamada "escola econômica", na qual se destacaram F. J. Turner, C. A. Beard, e V. L. Parrington, entre outros, foram abandonadas no período do após-guerra. Conforme explica Beckhofer Jr.:

Whereas the early school saw an American past dominated by class and sectional conflict and United States history therefore determined by the continuing struggle between the "haves" and "have nots" in the economic and political realms of life, the newer

¹⁴ Ver, por exemplo, o artigo de Michael Mann, "The Social Cohesion of Liberal Democracy", *American Sociological Review*, XXXV, 3, 1970, p. 423-439.

interpreters emphasized the ideas and values common to all Americans throughout the course of their history. Rather than focusing on the rich and the poor, their representatives, and the clash of ideologies and interests, many historians writing in the post-war decades stressed the adherence of almost all shades of past political opinion to the liberal, capitalistic tradition defined generally as the American way of life... For these reasons, the critics dubbed this interpretation of the American past "the cult of consensus", because it excluded the conflicts of groups in order to exaggerate the adherence of all the population to a basic consensus. Therefore, the progressive tales of the American past as a succession of struggles dissolved in the writings of the consensus school into a bland history of the essential continuity of American traditions pervading the entire course of United States history.¹⁵

No que toca à Ciência Política, Lucien Pye observa que foi também no após-guerra que o conceito de cultura começou a ter aplicação generalizada, se bem que a elaboração analítica mais cuidadosa do termo "cultura política" só apareceria em 1956, em conhecido artigo de Gabriel Almond.¹⁶

Resumindo o relato de Almond sobre a história intelectual do conceito de cultura política, Pye observa que uma de suas raízes mais importantes era a tradição de teoria sociológica que enfatiza normas subjetivas e padrões idealizados subjacentes como os fundamentos da

¹⁵ Robert Berkhofer Jr., "Clio and the Culture Concept: Some Impressions of a Changing Relationship in American Historiography", in Louis Schneider e Charles Bonjean (orgs.), *The Idea of Culture in the Social Sciences*, Cambridge: Cambridge University Press, 1973, p. 77. Ver também Barton Bernstein (org.), *Toward a New Past: Dissenting Essays in American History*, New York: Random House, 1968.

¹⁶ Lucien Pye, "Culture and Political Science: Problems in the Evolution of the Concept of Political Culture", in Schneider e Bonjean, op. cit., p. 65-76; Gabriel Almond, "Comparative Political Systems", *The Journal of Politics*, XVIII, 1956, p. 391-409.

coesão social, tal como expresso na obra de Talcott Parsons.¹⁷ É por isso compreensível que houvesse tanta semelhança na utilização da "análise cultural" por cientistas políticos e historiadores.

Ainda de acordo com o relato de Pye, uma segunda e importante influência na elaboração do conceito de cultura política foi o trabalho de antropólogos de orientação psicanalítica, os quais vinham explorando, desde o final da década de 20, as relações entre cultura e personalidade, daí resultando uma vasta literatura sobre "caráter nacional".¹⁸

Creio que a consequência negativa dessa segunda fonte de influência foi a tendência a reintroduzir na análise política aquele mesmo reducionismo psicológico mencionado anteriormente. Pois como a cultura e a personalidade eram geralmente consideradas por aquela tradição antropológica como os dois lados de uma mesma moeda, por assim dizer, a incorporação do conceito de cultura na Ciência Política levou alguns analistas a ver o processo de transmissão da cultura política como um tema psicológico ou educacional (isto é, o processo de desenvolvimento da personalidade política), e não como um tema político. Daí a razão pela qual esses autores acabaram tendo de procurar explicações baseadas em variáveis psicoculturais até mesmo para fenômenos macropolíticos.

¹⁷ Lucien Pye, op. cit., p. 67. Além das obras básicas de Parsons, ver também A. L. Kroeber e Talcott Parsons, "The Concepts of Culture and Social Systems", *American Sociological Review*, XXIII, 1958, p. 582-593; Talcott Parsons, "Culture and Social Systems Revisited", in Schneider e Bonjean, op. cit., p. 33-46.

¹⁸ Lucien Pye, op. cit., p. 67. Essa influência foi reconhecida por Gabriel Almond e Sidney Verba, *The Civic Culture*, Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1963. Para uma revisão dessa literatura antropológica original, ver Alfred Lindesmith e Anselm Strauss, "A Critique of Culture - Personality Writings", *American Sociological Review*, XV, 1950, p. 587-600, além de Kroeber e Kluckhohn, op. cit. Ver ainda M. E. Spiro, "Culture and Personality", *International Encyclopedia of the Social Sciences*, III, New York: Macmillan and Free Press, 1968, p. 558-563.

Em grande medida, a chamada behavioral revolution, que àquela época começava a influenciar tão profundamente a Ciência Política nos E.U.A., reforçou ainda mais essa tendência, pois, como nota Pye, acreditava-se então que "o ato deve ser a unidade de análise, apenas indivíduos podem agir, e portanto as ações de instituições sempre dependem de decisões que podem apenas ocorrer nas mentes de indivíduos particulares".¹⁹

Isto não significa, no entanto, que o enfoque da cultura política tenha desprezado as conseqüências políticas do processo de socialização, apesar de ser exatamente aí onde tende a aparecer o reducionismo psicológico. Pye afirma, por exemplo, que "é para o problema da agregação - que envolve a adição das descobertas da psicologia individual, de tal forma a fazer com que comportamentos ao nível comunitário sejam compreensíveis à luz de ações individuais - (...) que o conceito de cultura política é mais promissor".²⁰

De alguma maneira, portanto, tornava-se necessário postular uma relação causal entre a internalização da cultura política, o comportamento individual, e as características e modo de operação dos sistemas políticos. Como resultado, a "estrutura política" passa a ser o reflexo da cultura política.²¹ Chegou-se assim, finalmente, a uma visão idealista da vida política, onde idéias desenraizadas são soberanas.

Cultura Política e Ideologia

Supondo que os comentários aqui apresentados, pela sua brevidade, não tenham feito injustiça ao enfoque da cultura política, mesmo assim eles parecem conduzir o raciocínio a um beco sem saída, já que a aceitação de Realfaktoren ou Idealfaktoren para a

¹⁹ Lucien Pye, op. cit., p. 69.

²⁰ Lucien Pye, "Introduction", in Lucien Pye e Sidney Verba (orgs.), Political Culture and Political Development. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1965, p. 9.

²¹ Ver Carole Pateman, "Political Culture, Political Structure and Political Change", British Journal of Political Science, I, 3, 1971, p. 291-305.

interpretação de fenômenos políticos (e sociais em geral) é evidentemente um problema meta-empírico. Mas, independentemente da posição que se tenha em face desse dilema, parece claro que uma decisão de não parar em way stations²² na análise das relações entre esses dois níveis de fatores pode facilmente conduzir à formulação de um grande número de questões importantes sobre o processo de socialização, questões que não foram formuladas pelo enfoque da cultura política. Essas questões dizem respeito às relações entre cultura e socialização políticas, de um lado, e a distribuição de poder entre os atores de um sistema político, de outro lado. Na minha opinião, o ponto focal dessas questões é precisamente a organização ideológica do consentimento dos atores de um sistema ao seu modo de dominação.²³

Creio, assim, que a abordagem do processo de socialização do ponto de vista macropolítico da ideologia é capaz de corrigir aquela "despolitização" referida anteriormente, já que tal abordagem nos remete diretamente ao tema da dominação em sistemas políticos, onde a ideologia aparece como um "recurso de poder" utilizado por atores dominantes e dominados.²⁴

²² A expressão way stations foi utilizada por B. F. Skinner, *Contingencies of Reinforcement*. New York, Appleton - Century - Crofts, 1969, p. 240-41.

²³ Está claro, portanto, que minha preocupação é com "ideologia e política", e não com "ideologia e conhecimento". Esta distinção foi sugerida por Giovanni Sartori, "Politics, Ideology, and Belief Systems", *American Political Science Review*, XLIII, 1969, p. 398-411. Tal distinção deve ser aceita com cautela, já que a interdependência entre as duas dimensões da ideologia é evidente.

²⁴ A ideologia como "recurso de poder" foi tratada, de maneira magistral, por Bolivar Lamounier, "Ideology and Authoritarian Regime: Theoretical Perspective and a Study of the Brazilian Case", tese de doutorado apresentada à Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1974.

Mas não seria a substituição do termo "cultura política" por "ideologia" um mero jogo semântico?²⁵ Não necessariamente, porque a análise da região política da ideologia está associada a uma outra tradição intelectual de análise política, uma tradição que enfatiza o papel das "idéias" como fator legitimador ou deslegitimador de relações conflitantes de poder. Em outras palavras, o significado de um conceito não é dado apenas pela identificação das propriedades empíricas por ele nomeadas, mas também pela caracterização da posição que ele ocupa em uma dada teoria. Para ser inteligível, portanto, um conceito requer tanto um significado empírico quanto um significado teórico.²⁶ Ora, mesmo que se reconhecesse que os termos "cultura política" e "ideologia" pudessem ter o mesmo significado empírico (isto é, sistemas de crenças políticas), ainda assim seria possível diferenciar os seus significados teóricos, mostrando que eles se relacionam de maneira diversa com outros conceitos na formulação de hipóteses e teorias políticas. De fato, como já salientado, o conceito de cultura política é geralmente encontrado em proposições sobre as causas psicoculturais da realidade política, ao passo que o conceito de ideologia, tal como introduzido acima, refere-se a questões bem diversas, algumas das quais livremente inspiradas na tradição marxista.

De forma resumida, essas questões têm a ver com a utilização de símbolos políticos pelos atores que detêm posições de mando em sistemas políticos, com o objetivo de ajudar a desenvolver e consolidar a legitimidade da sua dominação sobre os demais atores relevantes do sistema. Ou, inversamente, a utilização de outros símbolos políticos por atores dissidentes do sistema, objetivando deslegitimar a dominação existente. Tal perspectiva, por

²⁵ Uma análise semântica compreensiva do conceito de ideologia pode ser encontrada em Arne Naess, *Democracy, Ideology, and Objectivity*, Oslo: Oslo University Press, 1956, p. 141-198. Os muitos significados do conceito de cultura podem ser encontrados em Kroeber e Kluckhohn, *op. cit.*

²⁶ Para uma discussão dessa distinção, ver Mario Brockmann Machado, "Filosofia da Ciência e Desenvolvimento Político", *Revista de Administração Pública*, VI, 2, 1972, p. 69-83. A distinção é baseada em Carl Hempel, *Fundamentals of Concept Formation in Empirical Science*, Chicago: University of Chicago Press, 1952.

repolitizar a percepção do processo de socialização política, permite então defini-lo como o processo pelo qual os principais temas da ideologia dominante de um sistema são transmitidos não apenas de geração a geração, mas sim - e sobretudo - dos atores dominantes para os atores dominados do sistema. Desta forma, o cerne da análise do processo de socialização passaria a ser a relação que se estabelece entre ideologia e legitimação da dominação. Somente assim, creio, ficam evidenciados os dois papéis políticos centrais do processo de socialização: a reprodução da ideologia dominante, e a reprodução da dominação que aquela ideologia tenta legitimar.²⁷

SUMMARY

Political Science and Political Socialization in the United States

The article aims at evaluating, in summary fashion, the influence which psychological, anthropological, and sociological theories have had on studies of political socialization carried out by North American political scientists. In the author's opinion, psychologically-oriented studies of the process of political socialization end up abstracting the individual dimension from the macro political context within which it occurs. The consequence is the "depoliticization" of the perception of the eminently political nature of that process. On the other hand, anthropological and sociological theories of culture and socialization do not appear to distinguish adequately between "spontaneous consensus" and "organized consent", and once again the result is a relative depoliticization of the perception of political socialization in contemporary systems. The author outlines the origins of the concept of political culture, indicates its limitations, and suggests that the concept of ideology, loosely inspired by the Marxist tradition, could be more useful in capturing the

²⁷ Essa proposta foi desenvolvida em termos de uma "teoria política da socialização política" em minha tese de Doutorado, apresentada à Universidade de Chicago em 1975: "Political Socialization in Authoritarian Systems: The case of Brazil".

power conflict which accompanies the process of political socialization. The conclusion indicates that the kernel of studies of political socialization should be, on the one hand, the relation between the dominant ideology of a political system, and, on the other, the legitimation of its mode of domination.

RESUMÉ

Sciences Politiques et Socialisation Politique aux États-Unis

Cet article a pour but d'évaluer de façon résumée l'influence de théories psychologiques, anthropologiques et sociologiques sur les études de socialisation politique réalisées aux États-Unis dans le cadre des sciences politiques. Selon l'auteur, les études psychologiquement orientées du processus de socialisation politique finissent par faire abstraction du contexte macro-politique dans lequel se réalise la dimension individuelle de ce processus. La conséquence en est une "dépolitisation" de la perception de sa nature essentiellement politique. Par ailleurs, l'influence de théories anthropologiques et sociologiques sur la culture et la socialisation qui ne semblent pas distinguer très bien les concepts de "consensus spontané" et de "consentement organisé" a aussi comme résultat une dépolitisation relative de la perception de la socialisation politique dans les systèmes contemporains. L'auteur retrace les origines du concept de culture politique, montre ses limites et suggère que celui d'idéologie, librement inspiré de la tradition marxiste, peut être plus utile pour capter le conflit de pouvoir sous-jacent au processus de socialisation politique. Il en conclut que l'essentiel des études de socialisation politique devrait concerner la relation entre l'idéologie dominant d'un système politique donné, d'un côté, et la légitimation de son mode d'utilisation, de l'autre.